



SIMULADO FINAL

CNU

|| 2025 ||

Bloco Temático 1 - Segurança Social: Saúde, Assistência Social e Previdência Social - Pós-Edital

Caderno de Prova

Nome: _____

INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO

- 1 - Este simulado conta com questões focadas no concurso **CNU** para o **Bloco Temático 1 - Seguridade Social: Saúde, Assistência Social e Previdência Social**;
- 2 - A prova contém itens que abordam conhecimentos cobrados no edital do concurso;
- 3 - As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora;
- 4 - A participação no ranking classificatório só será permitida até o horário de liberação do gabarito;
- 5 - O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado logo após estas instruções;

PREENCHA SEU GABARITO

Clique no link, ou copie e cole no seu navegador, para preencher seu gabarito.

<https://forms.gle/MmeEGz9fwob7SqHp7>

01 - ABCDE	16 - ABCDE	31 - ABCDE	46 - ABCDE	61 - ABCDE	76 - ABCDE
02 - ABCDE	17 - ABCDE	32 - ABCDE	47 - ABCDE	62 - ABCDE	77 - ABCDE
03 - ABCDE	18 - ABCDE	33 - ABCDE	48 - ABCDE	63 - ABCDE	78 - ABCDE
04 - ABCDE	19 - ABCDE	34 - ABCDE	49 - ABCDE	64 - ABCDE	79 - ABCDE
05 - ABCDE	20 - ABCDE	35 - ABCDE	50 - ABCDE	65 - ABCDE	80 - ABCDE
06 - ABCDE	21 - ABCDE	36 - ABCDE	51 - ABCDE	66 - ABCDE	81 - ABCDE
07 - ABCDE	22 - ABCDE	37 - ABCDE	52 - ABCDE	67 - ABCDE	82 - ABCDE
08 - ABCDE	23 - ABCDE	38 - ABCDE	53 - ABCDE	68 - ABCDE	83 - ABCDE
09 - ABCDE	24 - ABCDE	39 - ABCDE	54 - ABCDE	69 - ABCDE	84 - ABCDE
10 - ABCDE	25 - ABCDE	40 - ABCDE	55 - ABCDE	70 - ABCDE	85 - ABCDE
11 - ABCDE	26 - ABCDE	41 - ABCDE	56 - ABCDE	71 - ABCDE	86 - ABCDE
12 - ABCDE	27 - ABCDE	42 - ABCDE	57 - ABCDE	72 - ABCDE	87 - ABCDE
13 - ABCDE	28 - ABCDE	43 - ABCDE	58 - ABCDE	73 - ABCDE	88 - ABCDE
14 - ABCDE	29 - ABCDE	44 - ABCDE	59 - ABCDE	74 - ABCDE	89 - ABCDE
15 - ABCDE	30 - ABCDE	45 - ABCDE	60 - ABCDE	75 - ABCDE	90 - ABCDE

SIMULADO NO SISTEMA DE QUESTÕES

Clique no link, ou copie e cole no seu navegador, para fazer este simulado também no SQ!

<https://coruja.page.link/A46W>

CONHECIMENTOS GERAIS**DESAFIOS DO ESTADO DE DIREITO***Nelma Fontana*

1. O Supremo Tribunal Federal, ao julgar o **Tema 698 da repercussão geral**, firmou tese segundo a qual o Poder Judiciário **pode** impor ao Poder Público a implementação de políticas públicas, desde que observados determinados limites, notadamente quando a omissão estatal viola direitos fundamentais. Considerando essa orientação, assinale a alternativa **CORRETA**:

- a) A atuação judicial é vedada, pois a definição e a execução de políticas públicas são de competência exclusiva do Poder Executivo, em respeito ao princípio da separação dos Poderes.
- b) O Judiciário pode impor ao Estado a adoção de medidas administrativas ou orçamentárias quando houver omissão que comprometa direitos fundamentais, desde que a decisão não esgote a liberdade de conformação do administrador nem imponha escolhas técnicas específicas.
- c) A intervenção judicial somente é admissível se houver prévia edição de lei autorizando expressamente a atuação do magistrado na execução da política pública.
- d) O STF entende que a determinação judicial para cumprimento de políticas públicas só é legítima quando houver previsão de dotação orçamentária específica aprovada em lei.
- e) A intervenção judicial é automática em qualquer hipótese de inércia administrativa, dispensando demonstração de violação a direitos fundamentais.

2. Após o regular trâmite de processo judicial, com contraditório e ampla defesa, transitou em julgado a sentença penal que condenou Bruno pela prática de crime doloso, aplicando-lhe pena privativa de liberdade de dois anos, posteriormente substituída por prestação de serviços à comunidade. Enquanto cumpre a pena, Bruno pretende participar de atividades cívicas e concorrer a cargo eletivo.

À luz da Constituição Federal, assinale a alternativa correta:

- a) Bruno não sofreu restrição de seus direitos políticos, pois a substituição da pena por prestação de serviços descaracteriza a suspensão prevista no art. 15, III, da CF.
- b) Bruno sofreu suspensão de seus direitos políticos, ainda que a pena privativa de liberdade tenha sido substituída por restritiva de direitos, permanecendo a restrição enquanto durar o cumprimento da pena.
- c) Bruno não pode ajuizar ação popular, pois esta exige capacidade eleitoral ativa, a qual fica definitivamente cassada com a condenação criminal.
- d) Bruno pode se filiar e permanecer filiado a partido político, mas não pode exercer o voto nem disputar eleições durante o período de prestação de serviço.
- e) Bruno somente perderá os direitos políticos se houver expressa decisão judicial declaratória da suspensão após o início do cumprimento da pena.

DESAFIOS DO ESTADO DE DIREITO*Alessandra (Alê) Lopes*

3. “O Estado democrático de Direito concilia Estado democrático e Estado de Direito, mas não consiste apenas na reunião formal dos elementos desses dois tipos de Estado. Revela, em verdade, um conceito novo que incorpora os princípios daqueles dois conceitos, mas os supera na medida em que agrega um componente revolucionário de transformação do status quo.”

(José Afonso da Silva, O Estado Democrático de Direito, 1988)

De acordo com a concepção do autor, o Estado Democrático de Direito caracteriza-se fundamentalmente por:

- a) reduzir o conceito de democracia à realização periódica de eleições representativas, assegurando apenas a legalidade formal dos atos do poder público.
- b) combinar legalidade liberal e direitos sociais em um modelo estável, sem pretensões transformadoras, que apenas garanta igualdade formal.
- c) garantir a supremacia da lei enquanto norma geral e abstrata, como instrumento único de preservação da ordem e da segurança jurídica.
- d) fundar-se na harmonia formal entre os Poderes do Estado, assegurando que cada um atue sem interferências recíprocas, preservando a estrutura tradicional.
- e) instituir um conceito novo de Estado que, além de submeter-se à Constituição, orienta-se pela participação popular e pela promoção da justiça social como tarefas fundamentais.

4. O presidencialismo de coalizão, conceito de Sérgio Abranches, explica a dinâmica da governabilidade no Brasil.

Considerando esse arranjo institucional, é correto afirmar que:

- a) a fragmentação partidária favorece a governabilidade, pois amplia a base parlamentar do presidente.
- b) a dificuldade de o presidente formar maioria no Congresso decorre da dispersão de partidos, exigindo negociações para formar coalizões.
- c) a Constituição de 1988 proíbe expressamente a existência de mais de dois partidos políticos no país.
- d) no presidencialismo de coalizão, o presidente governa sem depender do Legislativo, com apoio direto da sociedade civil.
- e) a fragmentação partidária impede a existência de coalizões, tornando inviável o funcionamento do sistema político.

5. A Constituição de 1988 instituiu diversos mecanismos de participação popular e de controle social sobre as políticas públicas.

Nesse contexto, assinale a alternativa correta:

- a) as ouvidorias públicas atuam como canais de diálogo entre o cidadão e o Estado, recebendo manifestações e contribuindo para a melhoria dos serviços públicos.
- b) a ação popular é restrita a parlamentares, por se tratar de instrumento de fiscalização de atos administrativos.
- c) os conselhos gestores de políticas públicas são meramente consultivos, sem caráter deliberativo ou de controle social.
- d) o plebiscito é convocado após a decisão legislativa, funcionando como referendo popular.
- e) o Plano Plurianual Participativo é apenas um exercício acadêmico, sem força normativa.

POLÍTICAS PÚBLICAS*Stefan Fantini*

6. Uma corrente tem ganhado destaque na formulação de políticas públicas, valorizando o uso de dados, pesquisas e avaliações criteriosas, de modo a reduzir a influência de percepções subjetivas e decisões baseadas apenas na intuição dos gestores. Esse enfoque privilegia análises criteriosas para orientar a tomada de decisão governamental. Essa abordagem recebe o nome de:

- a) Políticas públicas reativas
- b) Políticas públicas distributivas
- c) Políticas públicas tradicionais
- d) Políticas públicas baseadas em evidências
- e) Políticas públicas participativas

7. No ciclo das políticas públicas, há avaliações que ocorrem em diferentes etapas. Quando a análise é feita previamente à implementação da política ou programa, com a finalidade de verificar sua viabilidade e antecipar possíveis falhas no desenho ou na formulação, essa avaliação é denominada:

- a) Avaliação Somativa
- b) Avaliação Ex Ante
- c) Avaliação Ex Post
- d) Avaliação In Itinere
- e) Avaliação Posterior

8. Em uma capital brasileira, após diversos estudos técnicos, o governo anunciou oficialmente a criação de um programa de incentivo ao transporte coletivo, prevendo recursos no orçamento e estabelecendo prazos de execução. Nesse caso, o tema passou a integrar a:

- a) Agenda política
- b) Agenda midiática
- c) Agenda estratégica
- d) Agenda formal
- e) Agenda comunitária

9. Na análise de agenda governamental, os problemas públicos podem evoluir de diferentes formas: súbita, incremental, estável, cíclica ou em declínio. Sobre esse tema, assinale a alternativa correta:

- a) A persistência da desigualdade de renda em certas regiões, mantendo-se praticamente no mesmo nível ao longo do tempo, exemplifica um problema estável.
- b) O crescimento contínuo da violência urbana ao longo dos anos representa um problema em declínio.
- c) O aumento de casos de gripe em períodos específicos do inverno corresponde a um problema incremental.
- d) O acidente em uma barragem, com forte repercussão imediata, é exemplo de problema em declínio.
- e) A queda gradual da taxa de analfabetismo no país ilustra um problema súbito.

10. Na avaliação das políticas públicas, diferentes critérios podem ser aplicados para analisar o desempenho das ações governamentais. Considere as assertivas a seguir:

- I. O critério de eficácia refere-se ao grau em que as metas ou objetivos previamente definidos foram alcançados.
- II. A efetividade analisa se os resultados obtidos transformaram a realidade, atendendo às necessidades do público-alvo.
- III. A economicidade refere-se ao nível de utilização dos recursos (inputs).
- IV. A equidade trata da homogeneidade de distribuição de benefícios (ou punições) entre os destinatários de uma política pública.

Assinale a alternativa correta:

- a) Apenas I e II estão corretas.
- b) Apenas II e IV estão corretas.
- c) Apenas I, II e III estão corretas.
- d) Apenas I, III e IV estão corretas.
- e) I, II, III e IV estão corretas.

ÉTICA E INTEGRIDADE*Antônio Daud*

11. Em um órgão federal, foi instaurado processo para apurar uma denúncia de violação ao Código de Ética por parte de um servidor, com vínculo temporário com a Administração Pública. A Comissão de Ética competente, após analisar os fatos e ouvir o servidor, concluiu pela aplicação de censura.

Conforme o Decreto nº 1.171/1994, a Comissão de Ética, ao aplicar a sanção, deveria:

- a) encaminhar o parecer com a penalidade para a autoridade máxima do órgão, para que esta decida se aplica ou não a censura.
- b) garantir ao servidor o direito ao contraditório e à ampla defesa, sendo a fundamentação da pena restrita aos membros da comissão.
- c) publicar a decisão no Diário Oficial da União para dar publicidade e servir de exemplo aos demais servidores.
- d) fornecer aos organismos encarregados da execução do quadro de carreira dos servidores daquele órgão os registros sobre a conduta do servidor, para o efeito de instruir e fundamentar eventuais promoções.
- e) rever a censura aplicada, em razão de tratar-se de servidor temporário, não alcançado pelos preceitos éticos do serviço público federal.

ÉTICA E INTEGRIDADE*Elisabete Moreira*

12. Os impulsionadores do movimento da Governança Pública – GP são múltiplos, atribuindo ao conceito diferentes interpretações. Acerca do tema, analise as alternativas a seguir.

- I. Uma das forças por trás da Governança Pública é a ascensão de valores neoliberais e o chamado esvaziamento do Estado (*hollowing out of the state*), em que a incapacidade do Estado em lidar com problemas coletivos é denunciada.

II. Os modelos burocráticos, gerencial e da governança pública usam a função controle para manter a homeostase do sistema organizacional, conforme conceitos derivados da teoria sistêmica.

III. Alguns acadêmicos consideram a GP uma consequência do movimento da Administração Pública Gerencial – NPM, com a qual compartilha algumas características. No entanto, a abordagem da Governança Pública apresenta elementos de descontinuidade e superação da distinção wilsoniana entre política e administração.

Está correto o que se afirma APENAS em

- a) I.
- b) I e II.
- c) I e III.
- d) II e III.
- e) I, II e III.

13. A governança pública, orientada por princípios, diretrizes e mecanismos colocados em prática para a busca de resultados, apresenta a accountability como um de seus pilares, relacionado à prestação de contas por parte de quem foi incumbido de uma tarefa a aquele que solicitou a tarefa (relação entre o agente e o principal). Foi um conceito inserido na gestão pública, a partir da reforma administrativa realizada em meados de 1995, e que se refere

- a) à legitimação das formas de controle das agências reguladoras sobre a sociedade civil.
- b) à capacidade de um dirigente de atender às demandas da sociedade, por meio da sanção e recompensa.
- c) à legitimação do poder de vigilância e ao controle sobre a atuação de empresas e órgãos não governamentais.
- d) ao somatório dos conceitos de responsabilização, transparência e controle.
- e) à extensão e ampliação do escopo de atuação do Poder Executivo, Legislativo e Judiciário sobre as organizações e a sociedade civil.

ÉTICA E INTEGRIDADE*Herbert Almeida*

14. Mariana solicitou a uma entidade administrativa federal informações detalhadas sobre determinada atividade pública. O servidor responsável, no entanto, informou que tais informações, apesar de não estarem classificadas em grau de sigilo, só poderiam ser divulgados mediante autorização do diretor da entidade. Diante da situação hipotética apresentada, e com base nas diretrizes da Lei nº 12.527/2011, assinale a alternativa correta:

- a) o servidor agiu corretamente, pois o princípio da publicidade é aplicável apenas aos atos normativos e não se estende aos gastos administrativos.
- b) a exigência de autorização do diretor está de acordo com o princípio da hierarquia administrativa, respeitando o sigilo como regra geral.
- c) a informação solicitada por Mariana não precisa ser fornecida, pois não foi demonstrado o interesse específico dela sobre o tema, mediante indicação dos motivos determinantes da solicitação.
- d) a conduta do servidor, ao indeferir o acesso, contraria os princípios da Lei de Acesso à Informação, que prevê a publicidade como regra e o sigilo como exceção.
- e) a divulgação de informações sobre publicidade institucional depende de regulamentação específica, razão pela qual a negativa foi válida.

15. Carlos solicitou a um órgão público federal cópias de documentos que fundamentaram a decisão de cancelar um processo seletivo para contratação temporária de professores. O setor responsável respondeu apenas que a decisão havia sido tomada pela diretoria, sem apresentar qualquer justificativa ou documentação. Carlos, inconformado, reiterou o pedido, mas novamente recebeu negativa, sem fundamentação. Diante dessa situação e com base na Lei de Acesso à Informação, assinale a alternativa correta:

- a) o órgão público agiu corretamente, pois a divulgação de documentos internos pode comprometer a segurança institucional.
- b) a negativa de acesso sem fundamentação sujeita o agente responsável a medidas disciplinares, conforme previsto na Lei de Acesso à Informação.
- c) Carlos não possui direito à documentação solicitada, pois ela se refere a deliberações internas da administração pública.
- d) a Administração só está obrigada a fornecer as informações após decisão judicial específica determinando o acesso.
- e) o acesso só será possível após a conclusão de auditoria interna sobre o processo seletivo, em razão do sigilo provisório.

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL*Rodrigo Bet*

16. Rodrigo, Governador do Estado Alfa, promoveu a inauguração de um hospital público e produziu um vídeo institucional no qual aparece em destaque realizando a entrega da obra, com menções ostensivas ao seu nome e à sua imagem (autopromoção pessoal). No mesmo período, nomeou parente de terceiro grau para cargo comissionado de direção do referido hospital.

Tais condutas violam frontalmente, respectivamente, os princípios da Administração Pública previstos no art. 37 da CF/1988:

- a) Razoabilidade e moralidade.
- b) Impessoalidade e moralidade.
- c) Impessoalidade e Razoabilidade.
- d) Publicidade e impessoalidade.
- e) Legalidade e eficiência.

17. O Ministério da Educação criou um Núcleo de Inovação Tecnológica vinculado diretamente ao próprio ministério, sem personalidade jurídica própria, e instituiu por lei uma Fundação de Desenvolvimento Educacional com personalidade jurídica de direito público.

Considerando os conceitos estrutura organizacional da Administração Pública, escolha a alternativa correta:

- a) O núcleo representa um processo de descentralização da administração direta, e a fundação, um de desconcentração da administração indireta.
- b) O núcleo integra a administração indireta, enquanto a fundação integra a administração direta.
- c) O núcleo exemplifica desconcentração da administração direta, e a fundação exemplifica descentralização da administração indireta, sem sujeição à tutela estatal.
- d) O núcleo exemplifica desconcentração da administração direta, e a fundação exemplifica descentralização da administração indireta, estando esta última submetida à tutela administrativa do Estado.
- e) Tanto o núcleo quanto a fundação são exemplos de entidades da administração indireta, sujeitas exclusivamente à hierarquia estatal.

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL

Rodrigo Rennó

18. A década de 1930 marcou um ponto de inflexão no Estado brasileiro, caracterizado pela centralização política e pela necessidade de modernização administrativa. Nesse contexto, a criação do DASP representou:
- a) a consolidação de um modelo descentralizado de gestão, transferindo funções a autarquias e fundações.
 - b) o primeiro esforço sistemático de racionalização da máquina estatal, visando combater o patrimonialismo e organizar o serviço público sob critérios de mérito.
 - c) a tentativa de institucionalizar o modelo gerencial, com foco em resultados e descentralização federativa.
 - d) a absorção dos serviços sociais pelo núcleo estratégico do Estado, sob lógica de publicização.
 - e) a exclusão da burocracia e adoção direta de modelos de governança em rede.
19. A administração pública no governo Collor ficou marcada por uma tentativa de reforma que, diferentemente da de 1995, foi conduzida de forma improvisada e desarticulada. O aspecto mais lembrado desse período foi:
- a) a valorização da burocracia weberiana como forma de profissionalização do serviço público.
 - b) a introdução de contratos de gestão com organizações sociais.
 - c) o fortalecimento da Administração Indireta, por meio de autarquias e fundações.
 - d) a institucionalização de conselhos gestores e participação popular.
 - e) a campanha de desmoralização contra servidores, acompanhada de demissões e cortes abruptos.

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL*Gabriela Zavadinack*

- 20.** Acerca da estrutura normativa das finanças públicas e do planejamento e execução orçamentária federal, considerando os preceitos da Constituição Federal e as disposições da Lei de Responsabilidade Fiscal, assinale a alternativa correta:
- a) O Banco Central pode conceder empréstimos ao Tesouro Nacional e a entes da Administração Pública indireta, desde que em caráter excepcional e previamente autorizado pela Lei Orçamentária Anual.
 - b) A Lei de Diretrizes Orçamentárias não pode dispor sobre alterações na legislação tributária, pois essa competência é privativa da União e somente pode ser exercida mediante lei complementar.
 - c) As disponibilidades de caixa da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios devem ser obrigatoriamente depositadas no Banco Central, como forma de garantir a unidade de tesouraria nacional.
 - d) O projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias deve ser acompanhado do Anexo de Metas Fiscais, o qual inclui a demonstração da evolução do patrimônio líquido nos últimos três exercícios e a avaliação atuarial dos regimes de previdência social.
 - e) O Plano Plurianual será acompanhado de demonstrativo regionalizado do efeito decorrente de subsídios e benefícios de natureza financeira.

DIVERSIDADE E INCLUSÃO NA SOCIEDADE*Ricardo Torques*

- 21.** No Município X ocorrerá processo de escolha de conselheiros tutelares. Antônio, defensor do direito das crianças na cidade, pretende concorrer a uma das vagas. Ao pesquisar mais sobre o assunto, descobriu que, segundo o Estatuto da Criança e do adolescente (ECA),
- a) a idade mínima para a candidatura é de 18 anos.
 - b) o conselho é composto de 4 membros.
 - c) não se admite recondução, ainda que por novo processo de escolha.
 - d) o mandato é de 4 anos.
 - e) os membros não são remunerados.
- 22.** O Decreto 7.053/2009 institui a Política Nacional para a População em Situação de Rua e seu Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento. Trata-se de marco legal do atendimento da população em situação de rua. De acordo com o referido decreto, é uma característica da população em situação de rua:
- a) ser um grupo homogêneo.
 - b) possuir em comum a pobreza extrema.
 - c) não possuir qualquer vínculo familiar.
 - d) não utilizarem as unidades de acolhimento para pernoite.
 - e) possuírem moradia convencional regular

23. Pedro, muito preocupado com o seu filho João, diagnosticado com transtorno psicótico grave, após esgotados todas as tentativas extra-hospitalares, requereu a internação psiquiátrica de João, sem o seu consentimento e em estabelecimento apropriado para tanto. De acordo com a Lei 10.216/2001, trata-se de uma internação psiquiátrica

- a) involuntária, e deverá, no prazo de setenta e duas horas, ser comunicada ao Ministério Público Estadual pelo responsável técnico do estabelecimento no qual tenha ocorrido.
- b) voluntária, e deverá, no prazo de setenta e duas horas, ser comunicada ao Ministério Público Estadual pelo responsável técnico do estabelecimento no qual tenha ocorrido.
- c) compulsória, e deverá, no prazo de setenta e duas horas, ser comunicada ao Ministério Público Estadual pelo responsável técnico do estabelecimento no qual tenha ocorrido.
- d) involuntária, e deverá, no prazo de vinte e quatro horas, ser comunicada ao Ministério Público Estadual pelo responsável técnico do estabelecimento no qual tenha ocorrido.
- e) compulsória, e deverá, no prazo de vinte e quatro horas, ser comunicada ao Ministério Público Estadual pelo responsável técnico do estabelecimento no qual tenha ocorrido.

24. Pablo foi condenado pelo crime de roubo e encerrará o cumprimento de sua pena daqui a um mês. Sabendo da assistência que a Lei de Execução Penal estabelece ao egresso, ele procura se informar até quando será assim considerado. Em se tratando de liberado definitivo, a Lei de Execução Penal considerará Pablo como egresso pelo prazo de até

- a) 5 anos a contar da saída do estabelecimento.
- b) 6 meses a contar da saída do estabelecimento.
- c) 1 ano a contar da saída do estabelecimento.
- d) 3 meses a contar da saída do estabelecimento.
- e) 2 anos a contar da saída do estabelecimento.

25. Carol é pessoa com deficiência e conta com o apoio de Alexandre, seu atendente pessoal. Considerando a situação de Carol, o Estatuto da Pessoa com Deficiência estabelece o direito de receber atendimento prioritário em determinadas situações. Ao pesquisar, Alexandre concluiu corretamente que não se estende a ele, na condição de atendente pessoal, o direito ao atendimento prioritário com a finalidade de

- a) acesso a informações e disponibilização de recursos de comunicação acessíveis.
- b) recebimento de restituição de imposto de renda.
- c) proteção e socorro em quaisquer circunstâncias.
- d) disponibilização de pontos de parada, estações e terminais acessíveis de transporte coletivo de passageiros e garantia de segurança no embarque e no desembarque.
- e) disponibilização de recursos, tanto humanos quanto tecnológicos, que garantam atendimento em igualdade de condições com as demais pessoas

TRABALHO E TECNOLOGIA*Emannuelle Gouveia*

26. A incorporação de tecnologias digitais no ambiente corporativo tem transformado as relações de trabalho. Nesse contexto, é correto afirmar que:

- a) A digitalização promoveu estabilidade universal dos vínculos empregatícios, reduzindo a rotatividade no mercado.
- b) O teletrabalho e o uso de plataformas digitais ampliaram a flexibilidade, mas também intensificaram desafios relacionados à jornada e à saúde mental.
- c) A adoção de inteligência artificial e automação eliminou por completo a necessidade de qualificação contínua dos trabalhadores.
- d) O trabalho em plataformas digitais garantiu direitos trabalhistas uniformes e equivalentes aos dos contratos formais.
- e) A transformação digital neutralizou as desigualdades regionais de acesso ao emprego.

27. Um dos efeitos do uso de IA e automação na produtividade do setor público é:

- a) O aumento de gargalos burocráticos decorrentes da digitalização de serviços.
- b) A eliminação total de falhas em processos administrativos, tornando-os infalíveis.
- c) A possibilidade de análise de grandes volumes de dados em tempo reduzido, auxiliando na formulação de políticas públicas.
- d) A substituição de processos digitais por fluxos exclusivamente manuais, para preservar a segurança.
- e) A diminuição da necessidade de planejamento estratégico, já que a IA toma decisões de forma autônoma.

28. No contexto da administração pública, a adoção de soluções baseadas em Inteligência Artificial (IA) e automação busca, entre outros objetivos:

- a) Substituir integralmente os servidores públicos por sistemas inteligentes.
- b) Automatizar processos rotineiros, aumentando a eficiência e liberando recursos humanos para atividades estratégicas.
- c) Eliminar a necessidade de transparência, já que sistemas automatizados garantem imparcialidade absoluta.
- d) Tornar dispensáveis as legislações e normas, uma vez que a tecnologia se autorregula.
- e) Reduzir a interoperabilidade entre órgãos, para restringir o compartilhamento de informações.

29. A incorporação de novas tecnologias na gestão pública, embora amplie a eficiência, também apresenta riscos. Um deles é:

- a) A dependência excessiva de fornecedores privados de tecnologia, o que pode gerar riscos de soberania e de continuidade dos serviços.
- b) A impossibilidade de realizar auditorias em sistemas informatizados, que tornam os processos totalmente opacos.
- c) A completa eliminação da discricionariedade administrativa, uma vez que algoritmos substituem juízos humanos.
- d) A ausência de vulnerabilidades de segurança, já que as tecnologias emergentes são plenamente seguras.
- e) A garantia de universalização imediata de acesso digital para todos os cidadãos, independentemente de condições regionais.

30. O uso de tecnologias emergentes na administração pública pode acarretar riscos significativos. Um deles é:

- a) A adoção de padrões abertos de interoperabilidade, que favorecem a integração de sistemas governamentais.
- b) A implementação de plataformas digitais de governo eletrônico, que ampliam o acesso a serviços.
- c) A digitalização de processos administrativos, que aumenta a celeridade das entregas estatais.
- d) A utilização de computação em nuvem, que proporciona maior escalabilidade e flexibilidade.
- e) A exposição de dados sensíveis de cidadãos em caso de falhas de segurança cibernética, comprometendo a privacidade e a confiança pública.

EIXO TEMÁTICO 1

SEGURIDADE SOCIAL

Anna Valéria Andrade

31. O surgimento das políticas sociais está historicamente vinculado ao processo de transição do capitalismo concorrencial para o capitalismo monopolista. Sobre esse contexto, assinale a opção correta:

- a) A gênese das políticas sociais está ligada às práticas caritativas e filantrópicas da Igreja, as quais se consolidaram como direitos sociais universais no início do século XIX.
- b) As políticas sociais surgem como resultado exclusivo da benevolência do Estado, sem relação com as lutas de classes ou organização dos trabalhadores.
- c) A regulamentação das relações capital-trabalho foi impulsionada pela pressão das lutas operárias, levando o Estado a institucionalizar respostas para conter conflitos sociais.

d) O surgimento das políticas sociais no contexto internacional coincidiu com a criação da Organização Internacional do Trabalho (OIT), em 1945, no pós-Segunda Guerra Mundial.

e) O desenvolvimento das políticas sociais foi homogêneo entre os países, seguindo um modelo único de proteção social.

32. No Brasil, a Lei Eloy Chaves, criada em 1923, é considerada o marco inicial das políticas sociais. Sobre esse período histórico, assinale a alternativa que melhor caracteriza essa iniciativa:

- a) Estabeleceu a previdência universal, garantindo aposentadoria e pensão para todos os trabalhadores urbanos e rurais.
- b) Criou as Caixas de Aposentadorias e Pensões para categorias específicas, marcando o início de um sistema de proteção social seletivo e contributivo.
- c) Implementou políticas assistenciais de caráter universal, voltadas para todos os cidadãos independentemente de contribuição.
- d) Promoveu a desvinculação entre o direito ao benefício e a relação de emprego formal, priorizando os trabalhadores informais.
- e) Foi acompanhada da criação imediata de programas e políticas universais para todos os trabalhadores.

SEGURIDADE SOCIAL*Nilza Ciciliati*

33. De acordo com a Constituição Federal e os princípios que regem a seguridade social, assinale a alternativa correta sobre as regras e restrições relacionadas à sua organização e financiamento:

- a) Empresas com débitos previdenciários podem contratar com o poder público, desde que estejam em processo de negociação da dívida.
- b) Novos benefícios da seguridade social podem ser criados independentemente da existência de fonte de custeio, desde que aprovados pelo Congresso Nacional.
- c) A lei pode instituir novas fontes de financiamento para garantir a manutenção e expansão da seguridade social.
- d) Todas as entidades beneficentes são obrigadas a contribuir para o sistema de seguridade social, sem exceções.
- e) As alíquotas de contribuições sociais são fixas, não podendo variar conforme porte empresarial ou setor econômico.

34. De acordo com os artigos 196 a 198 da Constituição Federal de 1988, assinale a alternativa correta:

- a) O Sistema Único de Saúde (SUS) deve ser organizado com base na descentralização, atendimento integral e participação comunitária.
- b) O acesso aos serviços públicos de saúde é garantido apenas àqueles que contribuem para a seguridade social.
- c) Os serviços de saúde são de interesse público e privado, devendo ser regulamentados preferencialmente pela iniciativa privada.
- d) A saúde é um dever exclusivo das esferas estaduais e municipais, com obrigação direta da União apenas na gestão.
- e) A prestação de serviços de saúde deve priorizar exclusivamente o atendimento assistencial, conforme os recursos disponíveis.

SEGURIDADE SOCIAL*Rubens Maurício*

35. A Seguridade Social, conforme estabelecido na Constituição Federal, rege-se por princípios e diretrizes específicos. Sobre a Seguridade Social no Brasil, assinale a alternativa que reflete corretamente um princípio constitucional da Seguridade Social:

- a) Diversidade da base de financiamento, limitado às contribuições sociais sobre a folha de salários e sobre o lucro das empresas.
- b) Gestão tripartite da administração, contando com a participação dos trabalhadores, dos empregadores e do Governo nos órgãos colegiados.
- c) Caráter democrático e descentralizado da administração, mediante gestão quadripartite, com participação dos trabalhadores, dos aposentados, dos empregadores e do Governo nos órgãos colegiados.
- d) Irredutibilidade do valor real dos benefícios, permitindo a redução do valor nominal em situações de crise econômica.
- e) Unidade da base de financiamento, garantindo que todas as receitas da Seguridade Social sejam unificadas no Orçamento da União.

36. A sociedade “Importa Tudo LTDA.”, dedicada exclusivamente à importação de bens do exterior, está analisando seu regime de custeio da Seguridade Social. O contador da empresa argumenta que a Constituição prevê fontes de financiamento que vão além das tradicionais contribuições sobre a folha e o faturamento. Em relação às fontes de financiamento da Seguridade Social, nos termos da CF/88, é correto afirmar que:

- a) A Seguridade Social será financiada exclusivamente pelas contribuições sociais incidentes sobre a folha de salários e sobre a receita de concursos de prognósticos.
- b) A contribuição sobre o lucro, como fonte de financiamento da Seguridade Social, é expressamente vedada pela Constituição Federal.
- c) A seguridade social será financiada por toda a sociedade, de forma direta e indireta, mediante recursos provenientes dos orçamentos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, e de contribuições sociais incidentes, inclusive, sobre o importador de bens ou serviços do exterior.
- d) As contribuições sociais só poderão ser exigidas após decorridos cento e cinquenta dias da data da publicação da lei que as houver instituído ou modificado.
- e) A diversidade da base de financiamento tem caráter exclusivamente facultativo.

37. Maria é uma servidora pública estadual que ocupa cargo efetivo e está vinculada a um Regime Próprio de Previdência Social (RPPS). Paralelamente, ela iniciou uma atividade remunerada como consultora financeira autônoma. Com base nas regras de filiação do RGPS podemos afirmar que:

- a) Maria deve ser obrigatoriamente excluída do RGPS em todas as suas atividades, pois está amparada por um RPPS.
- b) Maria deve ser filiada ao RGPS como segurada facultativa em relação à atividade de consultora, pois a filiação ao regime decorre de ato volitivo.

c) Maria é excluída do RGPS apenas em relação ao cargo efetivo, mas torna-se segurada obrigatória do RGPS em relação à atividade concomitante de consultora financeira.

d) É vedada a filiação ao RGPS na qualidade de segurada facultativa para Maria, mas ela não é obrigada a se filiar em razão da atividade de consultora.

e) A filiação de Maria ao RPPS permite que ela se filie ao RGPS na qualidade de segurada facultativa, desde que não haja coincidência de tempo de contribuição.

38. Júlio, um profissional autônomo, exerce sua atividade por conta própria, como motorista de aplicativo, com fins lucrativos. Ele está em dúvida sobre sua categoria de segurado no RGPS. De acordo com o Regulamento da Previdência Social (Decreto nº 3.048/99), Júlio se enquadra na categoria de:

- a) Segurado empregado, caso dirija um veículo de propriedade de terceiros.
- b) Segurado facultativo, pois sua filiação não é obrigatória.
- c) Contribuinte individual, como pessoa física que exerce, por conta própria, atividade econômica de natureza urbana, com ou sem fins lucrativos.
- d) Segurado especial, se a atividade for considerada rudimentar.
- e) Trabalhador avulso, pois presta serviço a várias pessoas sem vínculo empregatício.

39. Um segurado especial possui uma propriedade rural de dois módulos fiscais, onde explora a atividade agropecuária em regime de economia familiar. Para complementar a renda, ele exerce, por 100 dias no ano civil, uma atividade remunerada urbana. Essa situação, conforme o Decreto nº 3.048/99:

- a) Descaracteriza a condição de segurado especial, pois é vedado o exercício de qualquer atividade remunerada urbana.
- b) Não descaracteriza a condição de segurado especial, desde que a atividade remunerada em período não seja superior a cento e vinte dias, corridos ou intercalados, no ano civil.
- c) Descaracteriza a condição de segurado especial, pois a área da propriedade é superior ao limite de um módulo fiscal.
- d) Permite a manutenção da condição de segurado especial, mas exige que ele se filie como contribuinte individual para ambas as atividades, rural e urbana.
- e) Somente seria permitida se a renda mensal obtida na atividade urbana fosse inferior ao menor benefício de prestação continuada da previdência social.

40. Uma entidade beneficente de assistência social (Ebas) que atende aos requisitos legais é questionada sobre a contribuição social para a Seguridade Social. De acordo com o texto constitucional, em relação ao custeio da Seguridade Social:

- a) É vedada qualquer isenção de contribuição para entidades beneficentes, dado o caráter contributivo da previdência social.
- b) As entidades beneficentes de assistência social são isentas de contribuição para a seguridade social, desde que atendam às exigências estabelecidas em lei.
- c) As entidades beneficentes gozam de isenção total e incondicional de todas as contribuições sociais.

d) A CF/88 não trata especificamente da situação das entidades beneficentes.

e) A isenção só se aplica às contribuições incidentes sobre a folha de salários, mantendo-se a obrigação de contribuir sobre o faturamento.

41. O Regime Geral de Previdência Social (RGPS) organiza-se de forma a manter o equilíbrio atuarial. Em relação aos reajustamentos dos benefícios, a Constituição Federal de 1988 assegura:

- a) O reajustamento dos benefícios apenas quando houver superávit financeiro na Seguridade Social.
- b) O reajustamento dos benefícios para preservar-lhes, em caráter permanente, o valor real, conforme critérios definidos em lei.
- c) A irredutibilidade do valor nominal dos benefícios, permitindo a desvalorização real.
- d) O reajustamento mensal dos benefícios por meio do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), apurado pelo IBGE, de acordo com o Art. 201 da CF/88.
- e) A revisão de todos os salários de contribuição considerados no cálculo, mas não o reajustamento posterior à concessão.

42. Um dos princípios constitucionais relacionados à Seguridade Social é o da seletividade e distributividade na prestação dos benefícios e serviços. A distributividade tem caráter social, pois deve atender prioritariamente aos mais necessitados. Dos benefícios previdenciários abaixo listados, marque aquele que observa o princípio da distributividade:

- a) Auxílio-reclusão.
- b) Auxílio por incapacidade temporária.
- c) Aposentadoria programada.
- d) Pensão por morte.
- e) Auxílio-acidente.

EIXO TEMÁTICO 2**SAÚDE***Guilherme Gasparini*

43. Sobre o Índice de Envelhecimento, ferramenta utilizada para dimensionar o aumento da longevidade na população, assinale a alternativa correta:

- a) É caracterizada pelo número de pessoas com 60 anos ou mais para cada 100 pessoas menores de 15 anos de idade, na população residente em determinado espaço geográfico, no ano considerado.
- b) É caracterizada pelo número de pessoas com 50 anos ou mais para cada 100 pessoas menores de 20 anos de idade, na população residente em determinado espaço geográfico, no ano considerado.
- c) É caracterizada pelo número de pessoas com 60 anos ou mais para cada 100 pessoas menores de 30 anos de idade, na população residente em determinado espaço geográfico, no ano considerado.
- d) Valores elevados desse índice indicam que a transição demográfica se encontra em estágio inicial.
- e) Diz respeito à relação percentual entre o número de pessoas com 60 anos ou mais e o número de pessoas menores de 20 anos de idade.

44. Considerando o aumento das Doenças Crônicas Não Transmissíveis, dentre elas, a Diabetes Mellitus, assinale a alternativa que não corresponde a um fator de risco para seu desenvolvimento:

- a) Inatividade física.
- b) Idade.
- c) Dislipidemia.
- d) Hipertensão Arterial.
- e) Histórico de parente de segundo grau.

45. Considerando o aumento das Doenças Crônicas Não Transmissíveis, dentre elas, a Diabetes Mellitus, é considerado pré-diabetes uma glicemia em jejum entre:

- a) < 100 mg/dl.
- b) no mínimo, > 100 mg/dl.
- c) 100 a 125 mg/dl.
- d) Acima de 126 mg/dl.
- e) Acima de 200 mg/dl.

SAÚDE*Breno Caldas*

46. Instituída em 2003, a Política Nacional de Humanização (PNH) tem como propósito efetivar os princípios do SUS no dia a dia dos serviços de saúde, impulsionando mudanças nos modelos de gestão e de cuidado. Assinale a alternativa que corresponde aos princípios que orientam a PNH.

- a) Universalidade, Indissociabilidade entre Atenção e Gestão, Protagonismo, Corresponsabilidade e Autonomia dos Sujeitos e Coletivos.
- b) Universalidade, equidade e integralidade.
- c) Transversalidade, Acolhimento, Gestão Participativa e Cogestão, Clínica Ampliada e Compartilhada.
- d) Transversalidade, Indissociabilidade entre Atenção e Gestão, Protagonismo, Corresponsabilidade e Autonomia dos Sujeitos e Coletivos.
- e) Valorização do Trabalhador, Defesa dos Direitos dos Usuários, Transversalidade.

47. A Lei nº 8.080/1990, conhecida como Lei Orgânica da Saúde, constitui um dos principais marcos normativos do Sistema Único de Saúde (SUS) no Brasil. De acordo com suas disposições, é atribuição da direção nacional do SUS:

- a) formar consórcios administrativos intermunicipais.
- b) controlar e fiscalizar os procedimentos dos serviços privados de saúde.
- c) participar da definição de normas e mecanismos de controle, com órgão afins, de agravo sobre o meio ambiente ou dele decorrentes, que tenham repercussão na saúde humana.
- d) gerir sistemas públicos de alta complexidade, de referência estadual e regional.
- e) em caráter suplementar, formular, executar, acompanhar e avaliar a política de insumos e equipamentos para a saúde.

48. De acordo com o estabelecido na Lei nº 8.080/1990, que dispõe sobre a organização e o funcionamento do Sistema Único de Saúde (SUS), assinale a alternativa correta:

- a) O processo de planejamento e orçamento do Sistema Único de Saúde (SUS) será descendente, do nível federal até o local, ouvidos seus órgãos deliberativos, compatibilizando-se as necessidades da política de saúde com a disponibilidade de recursos em planos de saúde dos Municípios, dos Estados, do Distrito Federal e da União.
- b) Os gestores do SUS, em todas as esferas, realizarão campanhas permanentes de conscientização contra a automedicação, com o objetivo de informar a população sobre os riscos dessa prática, especialmente quanto à ingestão de antibióticos ou de medicamentos sujeitos a controle especial.
- c) A saúde é um direito fundamental do ser humano, devendo apenas o Estado prover as condições indispensáveis ao seu pleno exercício.
- d) O conjunto de ações e serviços de saúde, prestados por órgãos e instituições públicas federais, estaduais e municipais, da Administração direta e

indireta e das fundações mantidas pelo Poder Público, constitui o Ministério da Saúde.

- e) A Em caso de atendimento com sedação, a eventual renúncia da paciente ao direito previsto neste artigo deverá ser feita por escrito, após o esclarecimento dos seus direitos, com no mínimo 48 (quarenta e oito) horas de antecedência, assinada por ela e arquivada em seu prontuário.

SAÚDE

Lígia Carvalheiro Fernandes

49. De acordo com o Art. 200 da Constituição Federal, o Sistema Único de Saúde (SUS) deve ser executado, dentre outras formas, por meio de ações de vigilância sanitária e epidemiológica, bem como as de saúde do trabalhador. Analise as afirmativas a seguir e assinale a opção correta:

- a) A Agência Nacional de Vigilância Sanitária tem, com exclusividade, a responsabilidade de executar a política de sangue e hemoderivados, bem como sua fiscalização.
- b) As ações de saúde do trabalhador, embora importantes, não são de competência do SUS, sendo de responsabilidade das empresas contratantes e dos sindicatos.
- c) Compete ao SUS ordenar a formação de recursos humanos na área de saúde.
- d) O SUS atua na colaboração na proteção do meio ambiente, excluindo o tema do trabalho.
- e) A fiscalização de bebidas e águas minerais é de responsabilidade de órgãos de segurança pública e de vigilância sanitária estaduais, não sendo uma atribuição do SUS.

50. Os modelos assistenciais em saúde são as diferentes formas de organizar a atenção à saúde. A Estratégia Saúde da Família (ESF), por exemplo, representa uma mudança de paradigma em relação ao modelo biomédico tradicional. Qual é a principal característica que distingue o modelo da Estratégia Saúde da Família do modelo biomédico tradicional?

- a) O foco exclusivo na doença e na intervenção clínica, sem considerar o contexto social do paciente.
- b) A centralização do cuidado em hospitais e serviços de alta complexidade.
- c) A abordagem centrada na família e na comunidade, com ações proativas de promoção da saúde e prevenção de doenças, e não apenas no tratamento.
- d) A prioridade é dada ao tratamento de doenças crônicas, sem intervenção em problemas agudos.
- e) A desvinculação entre a equipe de saúde e o território, atuando de forma pontual em casos específicos

51. A Política Nacional de Promoção da Saúde (PNPS) é um instrumento essencial do Sistema Único de Saúde (SUS) que busca aprimorar a qualidade de vida e reduzir as vulnerabilidades e os riscos à saúde da população. São valores fundantes, exceto:

- a) solidariedade
- b) facilidade
- c) ética
- d) respeito às diversidades
- e) responsabilidade do governo

SAÚDE

Thaysa Vianna

52. A notificação compulsória é a comunicação obrigatória acerca de doença, agravo ou evento de saúde pública à autoridade de saúde, podendo ser realizada por diversos profissionais de saúde ou responsáveis pelos estabelecimentos de saúde, públicos ou privados. A notificação facilita a

identificação de surtos e também o cronograma. Marque a alternativa que não representa uma doença ou agravo de notificação imediata.

- a) Febre amarela
- b) Febre de Chikungunya
- c) Óbito por dengue
- d) Mpox
- e) Tentativa de suicídio

53. Segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS), os determinantes do processo saúde-doença são classificados em proximais, intermediários e distais. Assinale a alternativa que apresenta corretamente, nessa ordem, exemplos desses determinantes.

- a) Idade, sexo, herança genética; condições de vida e de trabalho, acesso à alimentação, à educação, à produção cultural, ao emprego, à habitação, ao saneamento e aos serviços de saúde; condições socioeconômicas, culturais e ambientais.
- b) Condições socioeconômicas, culturais e ambientais; idade, sexo, herança genética; condições de vida e de trabalho, acesso à alimentação, à educação, à produção cultural, ao emprego, à habitação, ao saneamento e aos serviços de saúde.
- c) Condições de vida e de trabalho, acesso à alimentação, à educação, à produção cultural, ao emprego, à habitação, ao saneamento e aos serviços de saúde; condições socioeconômicas, culturais e ambientais; idade, sexo, herança genética.
- d) Condições socioeconômicas, culturais e ambientais; condições de vida e de trabalho, acesso à alimentação, à educação, à produção cultural, ao emprego, à habitação, ao saneamento e aos serviços de saúde; idade, sexo, herança genética.
- e) Idade, sexo, herança genética; condições socioeconômicas, culturais e ambientais; condições de vida e de trabalho, acesso à alimentação, à educação, à produção cultural, ao emprego, à habitação; saneamento e serviços de saúde.

SAÚDE*André Rocha*

54. Risco pode ser entendido como o produto da probabilidade de ocorrência de um determinado evento pela magnitude das consequências. Nesse contexto, um processo de avaliação de riscos (*risk assessment*) é usualmente realizado em 4 etapas sequenciais.

Indique a alternativa que representa a sequência correta dessas etapas.

- a) identificação dos perigos / análise das consequências e estimativa dos riscos / avaliação dos riscos / gerenciamento dos riscos.
- b) identificação dos perigos / avaliação dos riscos / análise das consequências e estimativa dos riscos / gerenciamento dos riscos.
- c) análise das consequências e estimativa dos riscos / identificação dos perigos / gerenciamento dos riscos / avaliação dos riscos.
- d) identificação dos perigos / avaliação dos riscos / análise das consequências e estimativa dos riscos / gerenciamento dos riscos.
- e) gerenciamento dos riscos / identificação dos perigos / análise das consequências e estimativa dos riscos / avaliação dos riscos.

EIXO TEMÁTICO 3**ASSISTÊNCIA SOCIAL***Nilza Ciciliati*

55. Sobre os procedimentos de habilitação, concessão e manutenção do Benefício de Prestação Continuada (BPC), conforme o Decreto nº 6.214/2007 e Lei nº 8.742/93, assinale a alternativa CORRETA:

- a) A avaliação da deficiência para fins de concessão do BPC é exclusivamente médica, realizada por profissional do SUS, sem necessidade de análise social.

b) A representação legal do requerente com deficiência é obrigatoriamente feita por curador judicial, conforme previsto no Código Civil.

c) A concessão do BPC à pessoa com deficiência exige avaliação biopsicossocial, realizada por equipe multiprofissional e interdisciplinar, considerando impedimentos de longo prazo e sua interação com barreiras sociais.

d) A manutenção do BPC independe da atualização cadastral no CadÚnico, desde que o beneficiário continue atendendo ao critério de renda.

e) A renda familiar per capita pode ser superior a 1/2 do salário mínimo, desde que o requerente comprove gastos com medicamentos e tratamentos contínuos.

56. Com base no Decreto nº 6.214/2007, assinale a alternativa INCORRETA sobre os procedimentos de suspensão, cessação e indeferimento do Benefício de Prestação Continuada (BPC):

- a) A suspensão do BPC pode ocorrer por ausência de atualização cadastral, sendo possível a reativação mediante regularização no CadÚnico.
- b) A cessação do benefício ocorre automaticamente em caso de óbito do beneficiário, sem necessidade de processo administrativo.
- c) O indeferimento do BPC pode ser contestado por meio de recurso administrativo, que será analisado pela Junta de Recursos do Conselho de Recursos da Previdência Social.
- d) O benefício será concedido ou mantido apenas quando o interessado estiver inscrito no CadÚnico e com as informações atualizadas há, no máximo, doze meses.
- e) A cessação do benefício pode ocorrer por perda da condição de deficiência ou por superação do critério de renda familiar per capita.

57. Sobre o Índice de Funcionalidade Brasileiro aplicado para fins de Aposentadoria (IFBrA), conforme previsto na Lei Complementar nº 142/2013, assinale a alternativa CORRETA:

- a) O IFBrA é um instrumento exclusivamente clínico, baseado na avaliação médica tradicional, sem considerar aspectos sociais ou contextuais da deficiência.
- b) A estrutura do IFBrA fundamenta-se na Classificação Internacional de Doenças (CID), sendo voltada à identificação de patologias que geram incapacidade laboral.
- c) O IFBrA avalia a funcionalidade da pessoa com deficiência por meio de 41 unidades classificatórias do componente “Atividades e Participação”, distribuídas em sete domínios que incluem aspectos sensoriais, sociais e econômicos.
- d) A Medida de Independência Funcional (MIF), utilizada no IFBrA, é aplicada de forma isolada, sem associação a outros métodos de análise.
- e) A Convenção da ONU sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência não é considerada como referência para o IFBrA, por tratar de direitos humanos e não de critérios técnicos de avaliação.

58. Sobre a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (CDPD), assinale a alternativa CORRETA:

- a) A Convenção foi aprovada pela ONU em 2009 e recepcionada no Brasil com status de lei ordinária.
- b) O propósito da Convenção é assegurar o acesso à previdência social para pessoas com deficiência.
- c) A Convenção reconhece que a discriminação por motivo de deficiência constitui violação da dignidade humana.
- d) O Decreto nº 6.949/09 revogou todos os dispositivos da legislação brasileira que tratavam de acessibilidade.
- e) A Convenção exclui as mulheres com deficiência das obrigações específicas dos Estados Partes, por serem protegidas por tratados distintos.

59. Com base nos princípios e obrigações gerais da Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, assinale a alternativa INCORRETA:

- a) Os Estados Partes devem assegurar a plena participação e inclusão das pessoas com deficiência na sociedade.
- b) A Convenção reconhece a importância da acessibilidade como princípio fundamental para a igualdade de oportunidades.
- c) A autonomia individual e o direito de fazer escolhas próprias são princípios centrais da Convenção.
- d) A Convenção não permite que os Estados Partes adotem medidas discriminatórias temporárias para acelerar a inclusão.
- e) A Convenção impede que os Estados mantenham legislações próprias, mesmo que favoráveis às pessoas com deficiência.

60. Sobre o Auxílio-Inclusão, benefício previsto para pessoas com deficiência, assinale a alternativa CORRETA:

- a) O Auxílio-Inclusão é concedido automaticamente a qualquer pessoa com deficiência que esteja empregada, independentemente de ter recebido o BPC anteriormente.
- b) Para ter direito ao Auxílio-Inclusão, é necessário que a pessoa com deficiência esteja empregada com remuneração superior a dois salários mínimos mensais.
- c) O benefício é destinado exclusivamente a pessoas com deficiência leve que estejam em situação de vulnerabilidade social.
- d) O Auxílio-Inclusão pode ser concedido à pessoa com deficiência moderada ou grave que tenha recebido o BPC, esteja empregada com remuneração de até dois salários mínimos, inscrita no CadÚnico, com CPF regularizado e que ainda atenda aos critérios de renda familiar do BPC.
- e) O recebimento do Auxílio-Inclusão é cumulativo com o BPC, desde que o beneficiário esteja formalmente empregado.

ASSISTÊNCIA SOCIAL*Anna Valéria Andrade*

61. De acordo com a PNAS/2004, a matricialidade sociofamiliar deve ser entendida como:

- a) O foco da assistência social em indivíduos isolados, desconsiderando vínculos afetivos.
- b) O reconhecimento da família como núcleo central de proteção social, orientando a organização dos serviços e benefícios.
- c) A concentração da gestão da assistência social exclusivamente nas famílias em extrema pobreza.
- d) A substituição da família pela rede socioassistencial como principal provedora de proteção.
- e) O atendimento prioritário a famílias em situação de rua, em detrimento das demais vulnerabilidades.

62. Na perspectiva da Proteção Social Especial de Média Complexidade, prevista na PNAS/2004, são serviços caracterizados por:

- a) Situações em que há rompimento dos vínculos familiares e comunitários, exigindo abrigo imediato.
- b) Ações voltadas a famílias e indivíduos com direitos violados, mas cujos vínculos familiares e comunitários não foram rompidos.
- c) Programas de transferência de renda e acompanhamento familiar sistemático.
- d) Atendimentos de caráter preventivo, ofertados nos CRAS.
- e) Exclusivamente o cumprimento de medidas socioeducativas em meio aberto.

63. Sobre a gestão descentralizada e participativa da PNAS/2004 no SUAS, assinale a alternativa correta:

- a) O comando único em cada esfera de governo e o cofinanciamento partilhado entre União, estados e municípios são princípios organizativos do SUAS.
- b) A União possui autonomia plena para definir sozinho os critérios de partilha de recursos do Fundo Nacional de Assistência Social.
- c) O controle social no SUAS é facultativo e exercido prioritariamente pelos gestores públicos.
- d) A territorialização é diretriz opcional, restrita a municípios com mais de 50 mil habitantes.
- e) A gestão da informação e monitoramento da política é exclusiva dos órgãos federais, sem corresponsabilidade municipal e estadual.

64. A participação popular e o controle social no âmbito da PNAS/2004 se materializam:

- a) Nos Conselhos de Assistência Social, de composição paritária entre governo e sociedade civil, com funções deliberativas e de fiscalização.
- b) Nas reuniões consultivas organizadas exclusivamente pelos gestores municipais de assistência social.
- c) Em espaços facultativos de participação, cuja existência depende da vontade política local. D) Na mobilização popular restrita ao acompanhamento informal dos serviços prestados, sem poder de deliberação.
- d) Em assembleias comunitárias, com caráter simbólico.

ASSISTÊNCIA SOCIAL*Coimbra Almeida*

65. A Política Nacional de Assistência Social (PNAS/2004), regulamentada pela NOB/SUAS, organiza a proteção social em diferentes níveis de complexidade, articulando ações voltadas à prevenção de riscos e ao enfrentamento de violações de direitos. Nesse sentido, analise as assertivas a seguir:

I . A Proteção Social Básica é de caráter essencialmente preventivo, destinando-se a famílias e indivíduos em situação de vulnerabilidade decorrente da pobreza, ausência de renda e fragilização dos vínculos familiares e comunitários.

II. A Proteção Social Especial de Média Complexidade se dirige a famílias e indivíduos que vivenciam violações de direitos, mas que ainda preservam seus vínculos familiares, não havendo necessidade de afastamento.

III. A Proteção Social Especial de Alta Complexidade garante proteção integral, mediante acolhimento institucional ou em família acolhedora, para aqueles que se encontram sem referência familiar ou em risco.

IV. O Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) integra a Proteção Social Especial, por trabalhar na recomposição de laços rompidos em contextos de violência doméstica e negligência.

V. Enquanto o CRAS é a principal porta de entrada da Proteção Social Básica, responsável pela oferta do PAIF e do SCFV, o CREAS constitui a referência técnica da Proteção Social Especial, com destaque para o PAEFI.

Assinale a Assinale a alternativa correta:

- a) Apenas as assertivas I, II, III e V estão corretas.
- b) Apenas as assertivas II, III e IV estão corretas.
- c) Apenas as assertivas I, III, IV e V estão corretas.
- d) Todas as assertivas estão corretas.
- e) Apenas as assertivas I, II e IV estão corretas.

66. Na análise da realidade brasileira, categorias como pobreza, desigualdade e vulnerabilidade social são fundamentais para a compreensão da questão social e para a formulação de políticas públicas. Considerando a literatura especializada e organismos internacionais como PNUD, IPEA e Banco Mundial, assinale a alternativa correta:

- a) A pobreza, apesar de reconhecida em suas múltiplas dimensões, é tratada nas estatísticas oficiais sobretudo por indicadores de renda, o que tende a reduzir sua complexidade social e cultural.
- b) A desigualdade social é caracterizada como a insuficiência de recursos básicos, expressando condições de carência material em nível estritamente individual.
- c) A vulnerabilidade social está diretamente relacionada à ausência de renda monetária, sendo utilizada como parâmetro prioritário de estratificação das políticas públicas.
- d) A análise territorial de vulnerabilidade social é empregada de modo acessório, sem constituir instrumento central para o planejamento das políticas sociais.
- e) Pobreza e vulnerabilidade social designam o mesmo fenômeno, uma vez que ambas remetem à privação de bens e serviços essenciais.

EIXO TEMÁTICO 4**NOÇÕES DE DIREITO PREVIDENCIÁRIO***Rubens Mauricio*

67. A Previdência Social, em seu caráter contributivo, estabelece regras claras sobre os eventos que merecem cobertura. Dentre os eventos listados a seguir, previstos na Constituição Federal como de cobertura obrigatória pela Previdência Social, é correto afirmar:

- a) Invalidez por doença preexistente à filiação do segurado ao RGPS.
- b) Cobertura dos eventos de incapacidade temporária ou permanente para o trabalho e idade avançada.
- c) Acumulação de pensão por morte de cônjuge ou companheiro com qualquer aposentadoria paga pelo RGPS, sem qualquer redução.
- d) Auxílio-reclusão para todos os dependentes de segurados recolhidos à prisão.
- e) Garantia de benefício que substitua o salário de contribuição ou o rendimento do trabalho, com valor mensal inferior ao salário mínimo, desde que proporcional ao tempo de contribuição.

68. Pedro é pescador artesanal e sua esposa, Ana, participa ativamente das atividades pesqueiras da família. Eles exploram a atividade em regime de economia familiar, sem empregados permanentes. Ana está grávida e busca informações sobre sua filiação e carência para o salário-maternidade. De acordo com o Decreto nº 3.048/99, Ana, na qualidade de segurada especial:

- a) Não tem direito ao salário-maternidade, pois a segurada especial deve contribuir obrigatoriamente sobre a folha de salários.
- b) Terá direito ao salário-maternidade (um salário-mínimo) se comprovar o exercício de atividade rural nos últimos seis meses imediatamente anteriores ao parto.

c) Tem direito ao salário-maternidade (um salário-mínimo), independentemente do cumprimento de carência.

d) Deve cumprir carência de 10 (dez) contribuições mensais, sendo a única forma de acesso ao salário-maternidade.

e) É considerada dependente do segurado especial Pedro, não possuindo, portanto, a qualidade de segurada individualmente.

69. O segurado empregado Cláudio teve seu contrato de trabalho rescindido sem justa causa. Ele já está desempregado há 8 meses e não efetuou qualquer contribuição subsequente. De acordo com as regras do Decreto nº 3.048/99 sobre a Manutenção da Qualidade de Segurado, podemos afirmar:

- a) Cláudio já perdeu a qualidade de segurado, pois o período de manutenção para o empregado é de apenas 6 meses após a cessação das contribuições.
- b) Cláudio mantém a qualidade de segurado por, no máximo, 12 meses após a cessação das contribuições.
- c) Cláudio pode ter o período de graça estendido, mas precisa comprovar o desemprego involuntário junto ao órgão responsável.
- d) O período de graça para o segurado empregado não tem limite de prazo.
- e) Cláudio manterá a qualidade de segurado por prazo indeterminado, enquanto estiver em gozo de Auxílio-Acidente, pois este benefício não implica perda da qualidade de segurado.

70. Um segurado empregado, João, atingiu 65 anos de idade e 18 anos de tempo de contribuição, mas deseja se aposentar. Ele se filiou ao RGPS após 13/11/2019.

Para a concessão da Aposentadoria Programada, conforme as regras atuais do RGPS (Decreto nº 3.048/99):

- a) A idade mínima exigida é de 65 anos para o homem e 62 anos para a mulher, e o tempo mínimo de contribuição é de 20 anos para o homem e 15 anos para a mulher.
- b) João já pode se aposentar, pois o tempo de contribuição de 18 anos é suficiente para homens que atingiram a idade de 65 anos.
- c) O valor do benefício corresponderá a 100% do salário de benefício, sem acréscimos por tempo de contribuição excedente.
- d) É obrigatória a aplicação do fator previdenciário no cálculo do valor do benefício.
- e) A concessão da aposentadoria programada é irrevogável e irrenunciável, exceto se o segurado manifestar a intenção de desistir antes de receber o primeiro pagamento ou efetivar o saque do FGTS/PIS.

71. Laura é técnica em radiologia e trabalhou por 26 anos em um hospital, com efetiva exposição a agentes físicos prejudiciais à saúde. Ela pretende se aposentar pela regra da aposentadoria especial. Considerando as disposições constitucionais e regulamentares sobre a aposentadoria especial (CF/88 e Decreto nº 3.048/99):

- a) A aposentadoria especial é caracterizada com base na categoria profissional de Laura (técnica em radiologia), conforme a legislação vigente à época de sua filiação.
- b) O tempo mínimo de contribuição exigido para a aposentadoria especial de 25 anos é de 60 anos de idade para ambos os sexos.
- c) A efetiva exposição a agentes nocivos é configurada mesmo que a nocividade seja

eliminada pela adoção de medidas de controle previstas na legislação trabalhista.

- d) A concessão da aposentadoria especial não exige idade mínima, desde que o segurado comprove o tempo mínimo de exposição.
- e) Para a concessão deste benefício, a efetiva exposição deve ser comprovada por meio de declaração emitida pela empresa.

72. Carlos, contribuinte individual, teve um Auxílio por Incapacidade Temporária concedido há 3 meses, com prazo estimado de duração de 90 dias. O prazo está se esgotando, mas ele não se sente apto a retornar ao trabalho. De acordo com as regras do Auxílio por Incapacidade Temporária (Decreto nº 3.048/99):

- a) O benefício cessa automaticamente ao final do prazo, sem possibilidade de prorrogação.
- b) Caso o prazo concedido para recuperação se revele insuficiente, o segurado poderá solicitar a prorrogação ao INSS, mediante requerimento apresentado até 15 dias antes da data de cessação.
- c) O segurado é obrigado a se submeter a tratamento cirúrgico e transfusão de sangue, sob pena de suspensão do benefício.
- d) Caso não seja estabelecido o prazo, o benefício cessará após o prazo de 90 dias, contado da data de concessão ou de reativação.
- e) A concessão do Auxílio por Incapacidade Temporária independe de carência para qualquer segurado.

73. A empresa Alfa contratou um segurado empregado, que, ao ser afastado por motivo de doença não relacionada ao trabalho, fica temporariamente incapaz. Conforme a legislação previdenciária (Decreto nº 3.048/99), em relação ao Auxílio por Incapacidade Temporária:

- a) O INSS é responsável pelo pagamento do salário do segurado empregado durante os primeiros 30 dias de afastamento.
- b) A responsabilidade pelo pagamento do salário do segurado empregado nos primeiros 15 dias de afastamento compete à empresa.
- c) Se a incapacidade for superior a 15 dias, o INSS pagará o benefício a partir do 30º dia de afastamento.
- d) Se a incapacidade for comprovada, não será devido o benefício caso a doença seja anterior à filiação do segurado, independentemente de progressão ou agravamento.
- e) A data de início do benefício (DIB) é fixada no 16º dia de afastamento em qualquer caso.

74. O segurado empregado doméstico João, ao requerer o salário-família para seu filho menor de 6 anos, deve cumprir algumas exigências. Qual das seguintes condições é obrigatória para a manutenção do salário-família no RGPS, conforme o Decreto nº 3.048/99?

- a) Comprovação trimestral de frequência à escola a partir dos 4 anos de idade.
- b) Apresentação anual de atestado de vacinação obrigatória para dependentes de até seis anos de idade.
- c) Comprovação semestral de dependência econômica, exceto para o filho.
- d) Comprovação de inexistência de dependentes preferenciais.
- e) Apresentação anual de comprovação de frequência à escola dos dependentes maiores de 5 anos.

75. Os amigos Adilson, Bruno e Caio são aposentados pelo RGPS. Adilson é aposentado por incapacidade permanente, Bruno tem aposentadoria especial e Caio tem aposentadoria programada. Os amigos estão com 76 anos de idade e comprovadamente necessitam da assistência permanente de uma pessoa. Diante da situação apresentada, da norma de regência e do entendimento consolidado do STF, assinale a afirmativa correta.

- a) Adilson, Bruno e Caio terão direito a um acréscimo de 35% nas suas aposentadorias.
- b) Não haverá qualquer acréscimo nas aposentadorias de Adilson, Bruno e Caio por faltar previsão legal.
- c) Bruno terá direito a um acréscimo de 25% na sua aposentadoria.
- d) Somente Adilson terá direito a um acréscimo de 25% na sua aposentadoria.
- e) Adilson, Bruno e Caio terão direito a um acréscimo de 25% nas suas aposentadorias.

76. Em janeiro de 2024, determinado segurado empregado do Regime Geral de Previdência Social, com 12 anos de contribuição, obtém direito ao auxílio por incapacidade permanente, decorrente de um acidente do trabalho. A prestação será calculada como

- a) 50% do respectivo salário-de-benefício.
- b) 60% do respectivo salário-de-benefício.
- c) 40% do respectivo salário-de-benefício.
- d) 100% do respectivo salário-de-benefício.
- e) 91% do respectivo salário-de-benefício.

77. O § 2º do Art. 201 da Constituição Federal determina que “nenhum benefício que substitua o salário de contribuição ou o rendimento do trabalho do segurado terá valor mensal inferior ao salário-mínimo.”

As opções a seguir apresentam benefícios que seguem essa regra, à exceção de uma. Assinale-a.

- a) Salário-família.
- b) Pensão por morte.
- c) Auxílio-reclusão.
- d) Aposentadoria por incapacidade permanente.
- e) Auxílio por incapacidade temporária.

78. De acordo com a Lei nº 8212/1991, a qualidade de segurado, independentemente de contribuições, deve ser mantida

- a) até 3 (três) meses após a cessação do vínculo empregatício, se empregado rural.
- b) até 24 (vinte e quatro) meses após o livramento, para o segurado retido ou recluso.
- c) até 6 (seis) meses após a cessação do contrato, se segurado obrigatório.
- d) até 12 (doze) meses após a cessação das contribuições, se segurado facultativo.
- e) até 3 (três) meses após o licenciamento, para o segurado incorporado às Forças Armadas para prestar serviço militar.

EIXO TEMÁTICO 5

LEGISLAÇÕES RELATIVAS À SAÚDE E À SEGURANÇA DO TRABALHO

Lígia Carvalheiro Fernandes

79. A análise da capacidade laborativa do servidor frente a uma doença ou agravo requer competência técnica, habilidade para avaliar o estado de saúde do servidor e conhecimentos da relação saúde e trabalho. Qual é a condição

necessária para que um médico ou cirurgião-dentista seja designado como Perito Oficial em Saúde?

- a) Ser membro da equipe multiprofissional do SIASS por no mínimo cinco anos.
- b) Possuir especialização em medicina do trabalho ou odontologia legal.
- c) Ter seu nome publicado em um documento legal (Portaria).
- d) Atuar exclusivamente em perícias de saúde, sem realizar assistência clínica em nenhuma circunstância.
- e) Ter sido aprovado em um concurso público específico para a função de Perito Oficial em Saúde.

80. A higiene ocupacional é uma ciência e uma arte dedicada à antecipação, reconhecimento, avaliação e controle de riscos no ambiente de trabalho que podem causar doenças, prejuízos à saúde, desconforto significativo ou ineficiência entre os trabalhadores. Sobre os objetivos da etapa da antecipação, assinale a alternativa correta:

- a) Avaliar quantitativamente os riscos existentes no ambiente de trabalho.
- b) Controlar a exposição do trabalhador a agentes nocivos já identificados.
- c) Eliminar ou reduzir a exposição a novos perigos antes que eles se concretizem.
- d) Reconhecer os agentes de risco por meio de inspeções e levantamentos.
- e) Monitorar a saúde dos trabalhadores por meio de exames periódicos.

81. A legislação brasileira que define e trata do acidente de trabalho é a Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991. A definição completa do termo está apresentada na seguinte alternativa:

- a) Qualquer evento que cause lesão ao empregado, mesmo que não ocorra no ambiente de trabalho.
- b) Ocorrência súbita e inesperada que cause dano material a equipamentos da empresa.
- c) Evento que cause morte, perda ou redução da capacidade para o trabalho, permanente ou temporária, ou lesão que exija atenção médica, e que ocorra pelo exercício da atividade profissional.
- d) Doença crônica desenvolvida por um empregado em decorrência do estresse no ambiente de trabalho.
- e) Qualquer incidente que ocorra durante o trajeto do empregado entre sua casa e o local de trabalho, independentemente de haver lesão.

82. Qual das seguintes situações exemplifica a aplicação do nexo epidemiológico entre o trabalho e a doença?

- a) Um radiologista é diagnosticado com câncer de tireoide e, após a análise de sua exposição ocupacional à radiação, o médico perito conclui que há uma relação direta.
- b) Um pedreiro desenvolve tendinite no punho e o laudo médico pericial aponta a sobrecarga repetitiva da atividade como causa provável.
- c) Trabalhadores de uma fábrica de amianto apresentam uma incidência de asbestose significativamente maior do que a população geral, levando à presunção de que a exposição ocupacional é a causa.
- d) Um funcionário de escritório tem um ataque cardíaco e a empresa o considera um acidente de trabalho por ter ocorrido durante o expediente.
- e) Um motorista de ônibus tem dores crônicas na coluna e o perito associa a lesão à vibração do veículo e à posição inadequada de dirigir.

83. A Perda Auditiva Induzida por Ruído (PAIR) é uma condição séria e irreversível que afeta a saúde auditiva, especialmente em trabalhadores expostos a altos níveis de ruído. Considerando as características dessa condição, qual das alternativas a seguir está CORRETA?

- a) A PAIR é um tipo de perda auditiva condutiva, causada por danos no tímpano e nos ossículos do ouvido médio.
- b) A principal característica da PAIR é a sua reversibilidade, permitindo que a audição se recupere completamente com o tempo.
- c) A PAIR é uma perda auditiva neurosensorial, resultado do dano permanente às células ciliadas da cóclea.
- d) O uso de protetores auriculares é ineficaz na prevenção da PAIR, já que a condição é causada por fatores genéticos.
- e) A PAIR afeta apenas a capacidade de ouvir sons de alta frequência, sem impactar a compreensão da fala.

84. A Norma Regulamentadora 15 (NR 15), Anexo 14, estabelece critérios para a concessão do adicional de insalubridade por exposição a agentes biológicos. Considerando essa regulamentação, qual dos seguintes fatores é o principal para caracterizar a condição de trabalho insalubre por agentes biológicos?

- a) A comprovação de que o trabalhador desenvolveu uma doença causada pelo agente.
- b) A identificação de altas concentrações de microrganismos no ambiente, acima de limites de tolerância.
- c) O tipo de exposição ao agente, que deve ser intermitente e de curta duração.
- d) O contato permanente com agentes biológicos específicos em atividades e locais listados na norma.
- e) A presença de agentes biológicos de forma visível e identificável no local de trabalho.

A PSICOPATOLOGIA DO TRABALHO*Thayse Duarte*

85. A respeito da relação entre sofrimento psíquico e organização do trabalho, segundo a abordagem da psicodinâmica do trabalho, é correto afirmar que:

- a) O sofrimento psíquico no trabalho é patológico e deve ser prevenido.
- b) A organização do trabalho interfere nas condições físicas do trabalhador, mas não tem impacto na saúde mental.
- c) O sofrimento pode ser transformado em prazer quando há possibilidade de ressignificação e reconhecimento.
- d) O sofrimento psíquico é o resultado de traços de personalidade do trabalhador.
- e) O prazer no trabalho depende da remuneração e estabilidade contratual.

86. Sobre o assédio moral no trabalho e seus impactos psicopatológicos, assinale a alternativa correta:

- a) O assédio moral é caracterizado por ações pontuais de constrangimento.
- b) O assédio moral gera desconforto subjetivo, mas é incapaz de gerar consequências clínicas.
- c) O assédio moral pode favorecer quadros de depressão, ansiedade e somatizações.
- d) O assédio moral geralmente é explícito e identificável pela equipe.
- e) A gestão pela punição é uma forma legítima de gestão de desempenho.

87. O burnout, segundo os critérios atuais da CID-11, é classificado como:

- a) Um transtorno de personalidade relacionado ao ambiente de trabalho.
- b) Um transtorno de humor com base neurobiológica.
- c) Uma condição ocupacional, não considerada transtorno mental.
- d) Um subtipo de depressão maior com especificador laboral.
- e) Uma síndrome psicótica reativa ao estresse.

88. Na clínica do trabalho, o papel do profissional de saúde mental diante do sofrimento psíquico é:

- a) Diagnosticar transtornos mentais e encaminhar para psiquiatria.
- b) Escutar, acolher e analisar os sentidos do sofrimento em relação à organização do trabalho.
- c) Trabalhar a adaptação do trabalhador ao contexto da empresa.
- d) Aplicar instrumentos para mensurar o nível de satisfação com o trabalho, bem como a produtividade.
- e) Promover intervenções preferencialmente individuais, pois o sofrimento é subjetivo.

**REABILITAÇÃO OCUPACIONAL E
READAPTAÇÃO PROFISSIONAL***Mara Ribeiro*

89. João é servidor municipal concursado que, após acidente, teve redução da capacidade laboral. Em perícia foi constatado que ele não consegue executar 60% das atribuições do cargo que ocupa. Paralelamente, Ana é segurada do INSS que, após perícia, foi considerada incapaz para o exercício da atividade habitual, mas com potencial para ser reabilitada em nova ocupação. Considerando os instrumentos legais e procedimentos aplicáveis, a conduta correta para cada caso, respectivamente, é:

- a) Afastar João para licença médica até alta; encaminhar Ana para aposentadoria por invalidez automaticamente.
- b) Sugerir a readaptação de João para cargo afim, mantendo nível de escolaridade e equivalência de vencimentos; inscrever Ana obrigatoriamente no Programa de Reabilitação Profissional do INSS, com avaliação de potencial e ações de habilitação.
- c) Colocar João em disponibilidade até surgir cargo com menor exigência de escolaridade; oferecer a Ana apenas prótese e órtese, sem programação de qualificação.
- d) Determinar aposentadoria imediata de João por considerar incapacidade parcial; transferir Ana para o regime estatutário municipal para que seja readaptada.
- e) Readaptar João somente se houver redução proporcional de vencimentos; conceder a Ana estabilidade e reintegração imediata no emprego anterior.

90. Leia as assertivas sobre **readaptação funcional** (servidores públicos) e **reabilitação profissional** (INSS) e assinale a alternativa que contém a combinação **correta**:

- a) A readaptação exige laudo pericial e mantém equivalência de vencimentos; a reabilitação do INSS depende de tempo mínimo de contribuição para ser iniciada.
- b) Se o servidor conserva capacidade para executar mais de 70% das atribuições, deve retornar ao seu cargo com restrições; se conserva menos de 70%, deve ser sugerida a readaptação; o INSS encaminha obrigatoriamente os segurados elegíveis à reabilitação profissional após perícia, sob pena de suspensão do benefício em caso de recusa.
- c) A readaptação funcional pode implicar mudança de escolaridade exigida para o novo cargo; a reabilitação do INSS só oferece próteses e órteses, sem ações educativas.
- d) A readaptação é aplicável tanto a servidores estatutários quanto a segurados do INSS; o INSS deve garantir colocação formal ao reabilitado.
- e) A readaptação pode ser definitiva se o laudo pericial assim o determinar; a reabilitação é discricionária e apenas recomendada, sem impacto sobre a manutenção do benefício.

Discursiva 1

Com base nas regras sobre dependentes do RGPS previstas na Lei nº 8.213/1991 e nas alterações posteriores, responda, de forma fundamentada, aos seguintes tópicos:

- (A) Explique a organização dos dependentes em classes, identificando quais pessoas integram cada classe e quais são os efeitos jurídicos dessa divisão no reconhecimento do direito às prestações previdenciárias.
 - (B) Diferencie dependência econômica presumida e dependência econômica a comprovar, indicando os grupos de dependentes em cada situação e os critérios de prova exigidos pela legislação.
 - (C) Analise a situação dos equiparados a filho (enteado, menor sob tutela e menor sob guarda), apontando os requisitos para sua inscrição como dependentes e as consequências jurídicas dessa condição.
-

Folha de Resposta

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

Discursiva 2

A comunicação de acidentes e agravos ao trabalho é central para garantir direitos e orientar a prevenção; nesse contexto, a CAT formaliza ocorrências e aciona fluxos de registro e acompanhamento. Considerando esse tema, responda:

- a) Delimitar as hipóteses legais de acidente de trabalho, abrangendo doença ocupacional e acidente de trajeto.
 - b) Explicar os tipos de CAT.
 - c) Analisar as consequências da não emissão tempestiva da CAT.
-

Folha de Resposta

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

O QUE VOCÊ ACHOU DESTE SIMULADO?

Conte-nos como foi sua experiência ao fazer este simulado.

Sua opinião é muito importante para nós!

<https://forms.gle/3RC8pkHLNAnpSnxQ9>

NÃO É ASSINANTE?

Confira nossos planos, tenha acesso a milhares de cursos e participe gratuitamente dos projetos exclusivos. Clique no link!

<http://estrategi.ac/assinaturas>

CONHEÇA NOSSO SISTEMA DE QUESTÕES

Estratégia Questões nasceu maior do que todos os concorrentes, com mais questões cadastradas e mais soluções por professores. Clique no link e conheça!

<http://estrategi.ac/ok1zt0>
